

**FALE COM A GENTE!**

**Editor** Leopoldo Figueiredo  
**E-mail** portomar@atribuna.com.br  
**Telefone** 2102-7269

“O relatório apresentado (...) serviu também como instrumento para efetivar outras alterações legislativas, que foram reveladas apenas no dia da sua votação”

**Matheus Miller** advogado especializado em Direito Portuário e Relações Governamentais

# PORTO & MAR

## Porto prepara novas concessões

Projetos foram debatidos no Webinar Porto & Mar 2020 ontem

**FERNANDABALBINO**

DA REDAÇÃO

Novas concessões de terminais no Porto de Santos estão sendo preparadas pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Esses futuros contratos vão seguir as diretrizes do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do cais santista, aprovado pelo Ministério da Infraestrutura na semana passada. Mas os primeiros impactos do PDZ já serão percebidos nos leilões de dois terminais de celulose do complexo marítimo, o STS14 e o STS14A, na área anteriormente ocupada pelo Grupo Libra.

Esses leilões vão ocorrer no próximo dia 28, na Capital, e iniciarão o processo de clusterização (a concentração de um determinado tipo de operação em uma área específica) no complexo.

A informação é do diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos (APS), Bruno Stupello. O executivo participou, ontem, do Webinar Porto & Mar 2020 – O Novo PDZ do Porto de Santos, promovi-

do pelo Grupo Tribuna e mediado pelo editor de Porto & Mar, Leopoldo Figueiredo. A iniciativa faz parte do Seminário Porto & Mar 2020 e conta com a participação de empresários, especialistas e operadores do complexo marítimo.

Segundo Stupello, a Autoridade Portuária também prepara estudos para novos arrendamentos no Porto. Entre eles, estão um terminal de fertilizantes em Outeirinhos, cujo leilão deve ser realizado no ano que vem, segundo projeções da estatal.

“A modelagem para (a concessão de um terminal de fertilizantes em Outeirinhos foi finalizada no mês passado e encaminhada para a Secretaria de Portos e

Transportes Aquaviários e ao Ministério da Infraestrutura. Ela passará por um rito de avaliação pela EPL (Empresa de Planejamento e Logística), terá ajustes feitos e classificação no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), além de passar pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), abrir audiência pública”, explicou Stupello.

Segundo o executivo, esse novo arrendamento em Outeirinhos também prevê a clusterização, além do aumento de participação ferroviária. Há, ainda, a previsão de outro leilão que vai concentrar cinco contratos atuais na região do Paquetá. Neste caso, serão concentradas operações de graneis vegetais.

Paralelamente e seguindo na mesma linha de concentração de cargas, a Autoridade Portuária trabalha na modelagem de um novo terminal de contêineres no Saboó. Segundo Stupello, para esta licitação de longo prazo, deve ser levado em consideração o momento do mercado.

“No contêiner, o segundo semestre normalmente é



O diretor Bruno Stupello (à direita) debateu os impactos do novo PDZ do Porto durante o webinar

mais forte. Temos que esperar para ver se terá impacto ou não e a gente balancear, fazer um ajuste fino de quando deve colocar esse leilão com nova capacidade na praça, para que os terminais possam operar com nível de ocupação”, explicou o executivo. “Até o mês passado, a pandemia não teve impacto na movimentação de contêineres no Porto de Santos. Se o momento indicar necessidade de postergar licitação, ela será postergada”.

**MODAL FERROVIÁRIO**

Segundo Stupello, o Porto de Santos tem capacidade para receber ou enviar 50 milhões de toneladas por ano através do modal ferroviário. E cerca de 45 milhões de toneladas já são mo-

vimentadas atualmente, o que aponta a necessidade urgente de investimentos.

Essas melhorias devem ser incluídas no novo contrato de concessão do serviço ferroviário no interior do complexo. Atualmente, essa atividade é realizada pela Portofer, da Rumo Logística (Grupo Cosan), cujo contrato de concessão é válido até 27 de junho de 2025 e, segundo orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), não será renovado.

“O novo contrato (de concessão) deve ir à consulta pública em seis meses porque investimentos precisam ocorrer rapidamente. Precisamos dobrar capacidade ferroviária do Porto de Santos em cinco ou dez anos”, afirmou o executivo.

“Alguns modelos estão sendo estudados para que haja investimentos e não sejamos gargalo”.

A estatal que administra o Porto de Santos também trabalha na elaboração de um chamamento público para que empresas realizem estudos para a implantação de um terminal de passageiros na região do Valongo. Esta é uma das questões levantadas no PDZ para melhorar a relação Porto-Cidade.

Bruno Stupello aponta, ainda, o projeto de retirada de famílias da Prainha, em parceria com a Prefeitura de Guarujá e os R\$ 10 bilhões que devem ser investidos em 10 anos e poderão gerar 60 mil postos de empregos na região.